

José Honório Rodrigues e a Paraíba

Correspondência e Análise Crítica

José OCTÁVIO ()*

Se havia Estado da Federação em que o falecimento de José Honório Rodrigues, a seis de abril de oitenta e sete, encontrava-se na obrigação de motivar considerações e análises, esse era a Paraíba.

Difusão e nacionalidade numa mensagem

Não que a obra do historiador — “brasileiro” como gostava de se auto-intitular, repetindo, a seu modo, observação firmada sobre José Bonifácio — “grande chefe das forças nacionais” e não paulista —, se revestisse de feição paroquializante ou regional.

Nesse sentido, observe-se que a mensagem honoriana, sob esse aspecto mais ampla que a de Varnhagen e Capistrano de Abreu, aos quais sucedeu, alcançou o coração da nacionalidade, pela constituição de discípulos que terão renovado a prática e ensino da História nesses últimos quarenta anos. A observação vale para Milson Holanda no Maranhão, Odilon Nunes no Piauí, José Alfredo de Souza Montenegro e Eduardo Hoornaert no Ceará, Enélio Petrovitch e Marlene Mariz no Rio Grande do Norte, Armando Souto Maior, Amaro Quintas e Manoel Corrêa de Andrade em Pernambuco, José Ibarê Dantas e Maria Thetis Nunes em Sergipe, José Calazans na Bahia, Gabriel Bittencourt no Espírito Santo, Francisco Iglésias e Norma Góes Monteiro em Minas Gerais, Yeda Leite Linhares e Eulália Lobo no Rio de Janeiro, Clóvis Moura, Amaral Lapa, Odilon Nogueira de Matos, Maria Luiza Marcílio e Sebastião Witter em São Paulo, Yaponan Soares e Walter Piazza em Santa Catarina, e Décio Freitas, Ennedy Till e José Vicente de Freitas, no Rio Grande do Sul, entre centenas de cientistas sociais espalhados pelos diversos recantos do território brasileiro.

Origens da Historiografia paraibana

Se, todavia, dentro desse quadro, a Paraíba viria ocupar feição espe-

(*) — Professor de História da UFPB, integrante do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e Conselho Estadual de Cultura.

cial e, até mesmo, nas observações de D. Lêda Boechat Rodrigues — companheira e colaboradora do marido — “o lugar onde a obra de Honório foi melhor compreendida e divulgada” — isto se deveu não apenas à formação aí, em 1967, do Grupo José Honório Rodrigues, mas às circunstâncias que alicerçaram a constituição e funcionamento desse.

É sabido que desde Simão Travassos, com o *Sumário das Armadas*, e ainda Frei Vicente do Salvador, Ambrósio Fernandes Brandão, Elias Herckman(s), Fernando Delgado e Beaurepaire Rohan, *paraibanizados* por largas passagens de suas obras, a Paraíba dispõe de Historiografia representativa, fortalecida, da República para cá, pela contribuição de Irineu Joffily, Maximiano Machado, João de Lyra Tavares, Celso Mariz, José Américo de Almeida, Horácio de Almeida, Elpídio de Almeida e Geraldo Joffily.

O que deles proveio foi uma lição de combate, por meio de Historiografia crítica e revisionista, além de, as mais das vezes, *radical* pela capacidade de denunciar *as raízes* dos males e desacertos dessa unidade da Federação⁽¹⁾.

Simplez indício testemunha a força dessa componente Historiográfica cuja característica consistiu em analisar a Paraíba, não isoladamente, mas no contexto da região nordestina de que é parte. Enquanto para José Honório e Francisco Iglésias, *a Paraíba e seus problemas*, de José Américo, premonitória de várias teses do grupo dos *Annales*, corresponderia à melhor monografia sobre um Estado brasileiro, o cético José Antonio Gonsalves de Mello, neto, considera *Brejo de Areia*, de Horácio de Almeida, o mais completo estudo sobre um município nacional⁽²⁾.

Comprometimento e retomada de impulso

Em meados dos anos sessenta, todo esse impulso encontrava-se comprometido, até bem porque, enquanto entre os vivos apenas José Américo e Celso Mariz permaneciam em atividade, Horácio e Geraldo Joffily buscavam outras paragens e até temática de inspiração diversa.

No ensino, a Faculdade de Filosofia (FAFI), apesar da competência de formadores de geração como Aníbal Moura e Pedro Nicodemos, *não formava quadros*, transida como se encontrava por distorções acentuadas pelo autoritarismo de 1964, ou seja, o duvidoso recrutamento de seu pessoal, e ainda a noção de passado ao invés de Tempo, como objeto de programas que pouco se distinguiam daqueles de nível médio.

Verdade que ao Instituto Histórico e Geográfico Paraibano cabia resgatar, nos idos de sessenta, a melhor tradição criadora da Historiografia paraibana, mas sua linha não era retilínea, pela forma como aí se albergavam estudos municipais e de genealogia, tendemos à legitimação do tradicionalismo e predomínio das grandes famílias⁽³⁾.

O que, na Paraíba, significou o denominado “Impacto Honoriano”⁽⁴⁾, foi o movimento surgido, há vinte anos atrás, em torno do aparelhamento

conceptual do autor da *Teoria da História do Brasil*.

Numa palavra, tratava-se de retomar a linhagem mais conseqüente da Historiografia paraibana, cruenta com Simão Travassos, econômica com Brandônio, Fernando Delgado e Irineu Joffily, culturalizante com Herckman(s) e Horácio de Almeida, espacial e institucional com Beurepaire Rohan, João Lyra e Celso Mariz, regional com José Américo e, principalmente, antiabsolutista e socializante valores de que tanto carecíamos na segunda metade dos anos sessenta — com Maximiano Machado e Geraldo Irineu Joffily.

Sob a inspiração de José Honório que, por essa razão, compareceria mais de quinze vezes à Paraíba entre 1967 e 84, foram esses os princípios animados pela nova geração de Historiadores paraibanos que, hostilizados pela Faculdade de Filosofia e aparelho de segurança do generalismo autoritário, voltaram-se para o rádio, em busca de comunicação com o grande público, jornais, tendo em vista produção historiográfica aberta a todos, escolas de nível médio, no propósito de reformar pela base o antiquado ensino da época, e ainda Cursos Livres e Conferências, onde a oposição ao *establishment* ressaltava clara.

Durante o Sesquicentenário da Independência, por exemplo, se a palavra de ordem do Governo consistia em ressaltar o liberticídio de Pedro I, cujos restos mortais percorriam o país, o Grupo José Honório contra-atacava com José Bonifácio, cujos projetos de reforma agrária, progressiva emancipação dos escravos e incorporação dos indígenas, sintetizavam com os que se batiam por História não-neutra e indiferente, mas *participante* e debruçada sobre os problemas do presente⁽⁵⁾.

José Honório e os SPCB

No fundo, era tudo José Honório com cuja participação tiveram início, em pleno fastígio do autoritarismo, em 1976, os Seminários Paraibanos de Cultura Brasileira (SPCB), no propósito de rever a História, a partir das associações com as demais Ciências Sociais, mediante animados debates que, habitualmente, desbordaram para *questões proibidas*, como a censura à Imprensa, hipertrofia do conceito de Segurança, absurda preservação do AI/5 e Pena de Morte, bem como desnacionalização da Economia Brasileira.

Não tenciono deter-me sobre esse Seminário, objeto de recente comunicação a VII Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica, realizada em Florianópolis. Seja-me permitido apenas significar que da iniciativa do Secretário de Educação e Cultura e depois Governador Tarcísio Burity, sob organização da DGC/SEC e Grupo José Honório, resultaram até hoje quatro coletâneas, justamente a série *Brasil, Tempo e Cultura*, assinada por nomes do porte de Miguel Reale, Samuel Duarte, Bóris Fausto, Abgvar Bastos, Paulo Bonades, Hélio Jaguaribe, Vamireh Chacon, Maria do Carmo Tavares de Miranda, Cândido Men-

des, Oswaldo Trigueiro de Albuquerque e Mello, e Maria Victória Benedites⁽⁶⁾.

Das cinco edições dos SPCB, José Honório participou de três, discorrendo acerca de “A Revolução Americana e Brasileira — 1776/1823” (1976), “Tradição, Memória e História” (1979) e “O Conservadorismo na Historiografia Brasileira” (1981)⁽⁷⁾.

Da nova Historiografia ao VI SPCB

O mais importante é que essas iniciativas não se isolaram, associando-se à (nova) produção historiográfica que, fortalecida com o concurso da Imprensa, Universidade, Conselho de Cultura, Fundação Guimarães Duque (de Mossoró, no Rio Grande do Norte), Casa de José Américo (na 1ª fase, 1981/4), e Academia Paraibana de Letras, evoluiu para os êxitos do Centenário de João Pessoa (1978/9), Cinquentenário da Revolução de 30 (1980) e IV Centenário da Paraíba onde, no conjunto, as obras referentes à História do Brasil e da Paraíba ultrapassaram a casa das oitenta⁽⁸⁾.

A justaposição de José Honório a toda essa dinâmica fez-se total. Cabia-lhe assessorar diretamente o Governador Burity — na implantação do Espaço Cultural, por exemplo — prefaciando livros, ajudar na seleção dos expositores dos SPCB, sugerir temas, orientar os discípulos, recomendar linhas de pesquisa e participar de eventos como o de 1980, sob coordenação do então deputado Marcondes Gadelha, no Congresso Nacional⁽⁹⁾.

Muito do que se fez, por conseguinte, lhe é devido, o que explica, quando da retomada dos SPCB, a segunda etapa da VI edição desse, tendo como objetivo “Rever criticamente a obra do Historiador José Honório Rodrigues, situando-a no contexto da Historiografia brasileira e paraibana, à luz dos problemas que levantou e soluções indicadas à problemática nacional”⁽¹⁰⁾.

Nesse certame em que o publicista paulista Tavares Guerreiro, abordando “José Américo e a dicotomia esquerda-direita dos anos trinta”, não se fez estranho à produção honoriana, surgida nos desdobramentos da Revolução de 30, “estágio de cognição da sociedade brasileira”, tal como estabelecido em *História e Historiadores do Brasil*, o publicista Nelson Saldanha versou sobre “A concepção josehonoriana em face da História das Idéias no Brasil”, cabendo a Eduardo Hoornaert discorrer sobre “A visão cristã na Historiografia de José Honório Rodrigues”.

Tanto num como noutro caso, tratava-se de prevalecer a crítica sobre a apologética, daí porque enquanto Saldanha lamentava em José Honório ecletismo que o terá privado de maior unidade na obra, Hoornaert ressaltando a adesão honoriana à Teclogia da Libertação, claríssima em *História Combatente* e conferências de João Pessoa, flagrou-lhe insis-

tência no conceito de Nação que o impediu voltar-se mais detidamente para a problemática das classes sociais brasileiras.

Uma obra a partir da correspondência

Quanto a mim, decidi-me por “As Lições de José Honório, na Convivência e na Correspondência”, por não apenas ter sido inveterado frequentador do apartamento da rua Paul Redfern, onde estive pelo menos umas trinta vezes, quanto pela manutenção de ininterrupta correspondência de dezesseis anos (1971/87).

De certa forma, minha intervenção no VI SPCB amplificou estudo produzido para o *Correio das Artes*, de novembro de 1976, em que analisei a correspondência ativa do mestre para comigo, nos primeiros cinco anos⁽¹⁾.

O que já aí se observa é que Rodrigues, muito tolerante para com as novas gerações, concedia importância às cartas expedidas, como espécie de lições epistolográficas. Sua correspondência, habitualmente manuscrita em cinco ou seis folhas de papel timbrado da APL, discutia problemas políticos e historiográficos, fornecendo indicações de fontes e leituras, retificando conceitos, delineando planos para realizações pessoais e intermediando contactos para amplificação do universo cultural paraibano. Foi por essa via que nos aproximamos de, entre outros, Francisco Iglésias, Amaral Lapa e Hélio Jaguaribe.

As predileções de JHR que, como *historiador apaixonado*, costumava traçar rigorosa linha divisória entre as personalidades mais ligadas às “aspirações nacionais” e os adversários destas — os *sipaíes* — reponta em 1976 quando a Civilização Brasileira reeditava as *Obras Completas de Capistrano de Abreu*, cujos prefácios eram então explicados por Rodrigues:

“Os prefácios que escrevi foram feitos na corrida, em junho do ano passado, antes da viagem à Europa e Estados Unidos, quando a Editora me pediu que entregasse, *ontem*. O único, maior e mais cuidado é o dos *Capítulos*, reproduzido da edição de 1954”⁽²⁾.

Pouco antes, José Honório se posicionara em face da Independência do Brasil, fosse editando os cinco volumes de *Independência: Revolução e Contra-Revolução e A Assembléia Constituinte de 1823*, fosse coordenando a série *A Evolução do Parlamento Nacional*, cujo tomo introdutório é exclusivamente de sua autoria. Em todos esses livros, José Bonifácio — o único personagem de nossa História nivelado por JHR a Capistrano — ocupa posição de destaque, o que levou o historiador a, frequentemente, desmerecer os adversários dos irmãos Andradas. Nessa linha, o padre Diogo Antônio Feijó é taxado de *tabaréu*, o que, ante minha estranheza, motivou explicações:

“Quanto ao Feijó, veja o artigo que a *Revista Vozes* número seis,

de agosto de 1973, publicou, no qual coloco o tabaréu entre as três figuras das forças antiintelectuais do Brasil”⁽¹³⁾.

Esse artigo é importante porque significa, na linha do Timandro, em *O Libelo do Povo*, que o absolutismo será sempre recolonizador e antiintelectualista, como se constata no tripé delineado por Rodrigues — Pedro I, Feijó e Floriano Peixoto, sendo que, em relação ao último, as novas pesquisas revelam-no ligado aos interesses norte-americanos e burguesia paulista.

Em face desses é que se ergueram, no século XIX, os políticos e pensadores antiautoritários, todos da predileção de Rodrigues. Trata-se da liderança *esclarecida*, as mais das vezes nacionalista e reformista, simbolizada em, além dos Andradas, o coronel Nóbrega, Paula e Souza, Campos Vergueiro, Pedro II, os dois Rio Branco, Osório, os dois Nabucos, e ainda Tavares Bastos e Pimenta Bueno. Vários desses foram analisados em estudos para a revista *Carta Mensal* da Confederação Nacional do Comércio⁽¹⁴⁾.

Financiamento à pesquisa e relações internacionais

Quando escrevi minha crítica de *A Evolução do Parlamento Nacional*, que José Honório, em carta de outubro de 1973, considerou a melhor sobre o livro juntamente com a de Arthur César Ferreira Reis, observei que o historiador equacionara o problema de ser financiado por um organismo estatal — o Congresso, no caso — sem render-se a ele, permanecendo com inteira liberdade de apreciação, capaz de levá-lo a atacar o absolutismo de Pedro I, equivalente ao do General Médici.

Em resposta, José Honório lembrou que é assim que se escreve História, nos grandes centros como os Estados Unidos, onde o historiador é contratado pelos poderes públicos sem ser por estes cooptado. Tal vale como lição aos pesquisadores universitários que, esquecidos do caráter corporativo da Universidade brasileira, recriminaram em Rodrigues o patrocínio recebido do Presidente do Senado Petrônio Portela, mentor, aliás, do chamado projeto de distensão do generalismo autoritário⁽¹⁵⁾.

Nessa fase de minha correspondência com José Honório, a política internacional fazia-se sempre presente, o que derivava, simultaneamente, do caráter internacionalizante da obra de Rodrigues — *Civilização Holandesa do Brasil* (1940), o segundo tomo de *Brasil e África, Outro Horizonte* (1965), *Interesse Nacional e Política Externa* (1967) e um dos tomos de *Independência: Revolução e Contra-Revolução* (1974) —, e da minha condição de comentarista internacional da Imprensa paraibana. Para JHR, Henry Kiessinger, a que não era simpático, estava tentando reeditar, no Ocidente, a política da Santa Aliança de Metternich e Gentz, cuja repulsa pelo Itamaraty pleiteava.

Quando isso sobreveio, com o africanismo de Azeredo da Silveira e pragmatismo de Saraiva Guerreiro, o historiador considerou que as

teses de *Interesse Nacional e Política Externa* — autonomia em face dos Estados Unidos, integração na África Negra e reaproximação com a China — faziam-se vitoriosas. Nessa perspectiva, coube-lhe aplaudir a ascensão de Agostinho Neto, enviando-me recortes sobre a impressão que lhe causara o estadista angolano⁽¹⁶⁾.

Da resistência ao Vale dos Lobos

Em 1978, as preocupações de José Honório voltavam-se para o plano interno onde seu apoio à candidatura do general nacionalista e dissidente Euler Bentes fez-se imediato. Para Rodrigues, “Euler Bentes foi o militar brasileiro que, até hoje, revelou maior conhecimento de nossos problemas”⁽¹⁷⁾.

Tal também derivava da visceral repulsa rodrigueana ao movimento de 1964 que, no seu entender, “levou o Brasil à pior crise de sua História”⁽¹⁸⁾.

Podemos assim verificar na obra honoriana consciente repulsa ao arbítrio que o conduzia para as fileiras do autêntico liberalismo radical, louvado em *História, Corpo do Tempo*⁽¹⁹⁾.

Quando a abertura sobreveio e o Governo da Guanabara viu-se empalmado pelo PDT, José Honório ficou indignado com o comportamento dos governantes cariocas que rescindiriam, unilateralmente, contrato para preparo de estudo sobre o Banco do Estado do Rio de Janeiro. A repulsa fremiu de carta a mim enviada:

“(. . .) Como você vê, há exilados e exilados. Os que foram para fora — alguns se enriqueceram — são premiados e os que ficaram lutando em casa contra a tirania e a tortura são esquecidos ou castigados. Passei 20 anos sem pão e água destes desgovernos autoritários, e agora vem este gaúcho, acompanhado de um mineiro perseguirem-me em minha terra”⁽²⁰⁾.

José Honório ficou então muito amargurado com isso — e a amargura tornou-se o traço predominante de seus últimos anos de vida.

Cultivando o hábito de *pensar alto* nas cartas — e várias colocações aí firmadas reaparecerão posteriormente em livros — o historiador revelou que, entediado com o Brasil, onde os inimigos de ontem se davam as mãos para travar o processo histórico e marginalizar os que formaram nas trincheiras da resistência, iria fazer como Alexandre Herculano que, ao final da vida, buscou o exílio voluntário do Vale dos Lobos. O tema (re)aparece num dos estudos de *História Viva*⁽²¹⁾.

Paraíba e preservação honoriana

Só que para JHR o Vale dos Lobos era. . . a Paraíba!, para onde pensou seriamente em se transferir. Na impossibilidade de fazê-lo, imaginou que sua biblioteca poderia ser cedida com cláusula de usufruto à Universidade Federal desse Estado.

Isso também explica tomasse a Paraíba a iniciativa de comemorar os setenta anos do historiador. O evento — uma vez mais crítico e não apologético — motivou, em setembro e novembro de 1983, duas esmeradas edições do suplemento literário *Correio das Artes* dedicadas à Historiografia honoriana. Escrevendo uma vez mais do Rio de Janeiro, José Honório revelar-se-ia emocionado com a tenacidade dos discípulos:

“(. . .) O Suplemento ficou uma maravilha, tanto nos temas, tratados superiormente pelos autores — uma verdadeira contribuição de alto nível — como pela apresentação, muito bem diagramada e paginada. (. . .) Vou mandar fazer os exemplares extras. Não há mais livro e sim o Suplemento. Um substitui o outro bem”⁽²²⁾.

Antes, lhe coubera prefaria a terceira edição de *A Paraíba e seus Problemas* (1980), de José Américo de Almeida, com que se identificava no sentimento radical e mameluco nordestino, na utilização de relatórios dos Presidentes de Província, “o que não era usual na época”, na unidade expositiva da matéria, “frutífera e atual”, e, principalmente, nas abordagens americistas do cangaço, prefiguradoras, pela ótica honoriana, das teorias do banditismo social de Hobbsbawn.

Não é pois de admirar que a Assembléia Legislativa o tornasse cidadão paraibano, tendo a Comissão do IV Centenário o condecorado pela contribuição à Cultura da Paraíba ⁽²³⁾. Em verdade, a nova Historiografia paraibana representa uma das mais positivas projeções da atuação de José Honório Rodrigues.

Por isso mesmo, quando o historiador caiu doente, em maio de 86, a Paraíba manifestou-se solidária por sua mais alta instância cultural — o Conselho Estadual de Cultura — a quem o historiador assim respondeu:

“Peço a todos que recebam meu abraço comovido e agradeço sua manifestação nesta hora em que sofro as seqüelas de uma hemorragia cerebral ocorrida no último dia 22 de maio. Minha vida, desde então, tem sido de sofrimento, paciência e amor à vida. Não poupo nenhum sacrifício para voltar à minha vida ativa intelectual”⁽²⁴⁾.

Mesmo doente, José Honório não se desligava da Paraíba, em razão do que a correspondência não cessava. Em agosto de 86, coube-lhe lançar o esperado *Tempo e Sociedade*, uma homenagem “à grande e brava Paraíba de onde tenho recebido tanto apoio, no ano de seu IV Centenário”. Bem antes, em 1978, viera à lume *História Combatente*, dedicado “a José Octávio de Arruda Mello e seus companheiros de estudos”.

A morte de José Honório em nada pois interromperá o relacionamento da Paraíba com o grande reorientador de seus estudos historiográficos. Escrevendo à semelhança de Diogo do Couto, ou seja, “com aquela liberdade e desengano de soldado veterano que nem receia mal pelo que disser nem espera bens pelo que lisonjear”, José Honório Rodrigues terá sempre na Paraíba a permanência de seus ideais.

NOTAS AO TEXTO

(1) — Nesse sentido, veja-se meus estudos sobre Maximiano Machado, na reedição da *História da Província da Paraíba* (2ª ed., 1977) deste, e acerca de Osias Gomes na coletânea sobre o último, lançada em 1987.

(2) — José Octávio, “A Paraíba na Visão de seus analistas” in *Paraíba, Ontem e Hoje*, J. Pessoa, 1975.

(3) — Gemy Cândido, *História Crítica da Literatura Paraibana*, J. Pessoa, a União Cia. Editora, 1981.

(4) — José Octávio, “Temas, Autores e Obras na Historiografia Nordestina” in *Ciência e Cultura*, 36(6), junho de 1984, S. Paulo, págs. 980 e 981.

(5) — José Octávio, *As Lições de José Honório Rodrigues na Convivência e na Correspondência*, datilografado, J. Pessoa, 1987, págs. 11/12.

(6) — José Octávio, “Os Seminários Paraibanos de Cultura Brasileira como Fontes para a História”, datilografado, J. Pessoa/Florianópolis, 1987, passim.

(7) — Nas duas primeiras, como se pode observar em *Brasil, Tempo e Cultura* (J. Pessoa, 1978) e *Brasil, Tempo e Cultura III* (J. Pessoa, 1980), JHR teve como comentadores a José Octávio e Humberto Mello. Na última, *Brasil, Tempo e Cultura V*, derivada do SPCB de 1981, e ainda no prelo, seu comentador foi Eilzo Matos.

(8) — Para uma visão de conjunto da nova Historiografia paraibana, veja-se a introdução de José Octávio e Wellington Aguiar aos *Capítulos de História da Paraíba* (1987), também coordenada por Evandro Nóbrega e Gonzaga Rodrigues. Sobre a floração historiográfica do IV Centenário, José Octávio — “História e Historiografia no IV Centenário da Paraíba” in *Correio das Artes* (Suplemento literário de *A União*), n° 262, dez. de 1986, págs. 20/3.

(9) — O caráter crítico das comemorações paraibanas do Cinquentenário da Revolução de 30 culminou com o Seminário Nacional acerca desse evento em outubro de 1980, em Brasília, sob a coordenação de Marcondes Gadelha que dele extraiu a coletânea *Anais da Semana Comemorativa da Revolução de 30* (Brasília, 1985) onde a conferência de JHR situa-se entre as págs. 24 e 39.

(10) — *Paper* alusivo ao IV Seminário Paraibano de Cultura Brasileira (VI SPCB) — II Etapa, promoção Governo do Estado da Paraíba, via Conselho Estadual de Cultura/SECETUR e Universidade da Paraíba, 1987.

(11) — José Octávio, “Uma correspondência com José Honório Rodrigues” in *Correio das Artes*, número alusivo à segunda quinzena de novembro de 1976.

(12) — Carta de José Honório a José Octávio, 21/3/76.

(13) — *Ibidem*, outubro de 1973.

(14) — José Octávio, “As Lições de José Honório. . .”, cit., pág. 11, e também “O Parlamento na Visão de um Historiador da Nacionalidade” in *Revista da Academia Paraibana de Letras*, n° 8, J. Pessoa, 1984.

(15) — A questão aparece em minha correspondência com JHR do segundo semestre de 1973, logo após a análise de *Evolução do Parlamento Nacional*, publicada na Rádio Arapuan e *Correio da Paraíba*.

(16) — É entre 1974 e 77 que a cartas de José Honório ao autor enveredaram mais pela Política Internacional, uma das vertentes de sua obra desde o IBRI. A apreciação do texto, contudo, foi-me transmitida, pessoalmente.

(17) — Observação também pessoal porque, em 78, com a intensificação das viagens do historiador ao Nordeste, nossa correspondência diminuiria.

(18) — Expressões de entrevista de José Honório a José Octávio in número especial do *Correio das Artes*, setembro e novembro de 1983. A correspondência ativa de JHR comigo afina pelo mesmo diapasão.

(19) — In *História, Corpo do Tempo*, S. Paulo, Editora Perspectiva, José Honório,

nos capítulos dedicados a Frei Caneca e década 1870/80, distingue o liberalismo radical, a que se filiava, de um “radicalismo desdentado”, sem vigor histórico.

(20) — Carta de JHR a JO, julho de 83.

(21) — Nesse caso, a observação de *História Viva* (1985) é anterior, por reproduzir artigo de 83. A carta de 1984 situa-se entre ambos.

(22) — Carta de JHR a JO, outubro de 1983.

(23) — O discurso proferido por José Honório, recebendo em 1984 a cidadania paraibana, corresponde a uma análise da Historiografia da Paraíba e foi inserido na coletânea *Paraíba, 400 Anos* (J. Pessoa, 1985), organizada por Francisco Pontes e Fátima Araújo.

(24) — Mensagem datilografada enviada por JHR ao C.E.C., por meu intermédio, dezembro de 1986. Observe-se a insistência com a palavra *vida*, uma das chaves para compreensão do caráter *vivencial* da Historiografia honoriana.

